

FAMÍLIA: transformações, desafios e perspectivas contemporâneas

Betania Lemos MACIEL¹

Maria do Socorro Furtado BASTOS²

Resumo

A família, enquanto instituição social, encontra-se em permanente transformação, acompanhando mudanças históricas, culturais, jurídicas e sociais. Este artigo tem como objetivo refletir sobre as transformações das configurações familiares no contexto brasileiro, considerando suas dimensões históricas, afetivas, simbólicas e relacionais, bem como os desafios para a atuação profissional. A discussão aborda a superação do modelo patriarcal como referência exclusiva para a compreensão da família, destacando a diversidade de arranjos familiares contemporâneos, incluindo famílias monoparentais, homoafetivas, reconstituídas, adotivas e socioafetivas. Analisa-se também a importância da memória, dos mitos familiares e da transmissão geracional na constituição dos vínculos e na formação da subjetividade. A partir das perspectivas sistêmica e psicanalítica, evidencia-se que os padrões relacionais, as lealdades, os conflitos e os significados transmitidos entre gerações podem tanto fortalecer os vínculos quanto produzir formas de aprisionamento subjetivo. O estudo destaca ainda a necessidade de práticas profissionais éticas e inclusivas, especialmente diante das desigualdades sociais, de gênero e das diferentes formas de organização familiar. Conclui-se que compreender a família como instituição dinâmica e plural é fundamental para superar modelos hegemônicos e promover intervenções psicológicas, sociais e educacionais comprometidas com a diversidade, a equidade, a garantia de direitos e a realidade sociocultural brasileira.

Palavras chave: Família; Diversidade familiar; Transmissão geracional; Psicologia; Relações familiares.

¹ Doutora em Comunicação Social (UMESP). Professora da Faculdade de Ciências Humanas – ESUDA. Pesquisadora do Centro Latino-americano de Estudos da Cultura (CLAEC). Email: betaniamaciel@gmail.com

² Mestre em Psicologia Clínica (UNICAP); Professora do Curso de Graduação de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas—ESUDA Email: msfurtadobastos@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A família, enquanto instituição social fundamental, atravessa profundas transformações no contexto brasileiro. A compreensão dessas mudanças exige olhar atento às dimensões históricas, culturais, jurídicas, simbólicas e relacionais que configuram os arranjos familiares contemporâneos. Este artigo propõe reflexão sobre a família a partir de quatro eixos: as transformações históricas no conceito de família no Brasil, a diversidade de configurações familiares, as dimensões de memória, mito e transmissão geracional que sustentam o laço familiar, e os desafios para práticas profissionais comprometidas com a realidade social.

O mito da família patriarcal e a diversidade histórica

A historiografia brasileira tradicionalmente consagrou o modelo da família patriarcal, centrada na figura do senhor de engenho que exercia poder incontestável sobre todos os habitantes da casa-grande e da senzala. Esta leitura, fortemente influenciada pela obra de Gilberto Freyre, consolidou a família como grande fator colonizador e base da identidade nacional. Contudo, pesquisas historiográficas desenvolvidas a partir dos anos 1970, utilizando métodos demográficos e fontes seriais, revelaram realidade bem mais complexa e diversificada.

Já no século XVIII, com a descoberta das minas de ouro e a intensificação da vida urbana, proliferavam arranjos familiares distintos do modelo colonial: concubinatos eram comuns, a ilegitimidade era frequente e muitas mulheres exerciam atividades econômicas fora do âmbito doméstico. No século XIX, dados censitários demonstram que um terço dos domicílios em São Paulo eram chefiados por mulheres, especialmente em camadas populares, contradizendo frontalmente o modelo patriarcal rígido.

Esta constatação não invalida a existência de uma mentalidade patriarcal dominante, mas evidencia que o modelo patriarcal funcionou muito mais como ideologia do que como descrição precisa da totalidade dos arranjos familiares. Compreender essa lógica patriarcal como ideologia permite identificar como determinados discursos e práticas perpetuam privilégios de grupos específicos,

mantendo desigualdades de gênero e excluindo configurações familiares que não se enquadram no padrão hegemônico.

Conceito de família: do jurídico ao afetivo

Historicamente, o conceito de família no Brasil esteve vinculado a ideias de consanguinidade, convivência e economia comum. A perspectiva antropológica ampliou esse entendimento ao reconhecer quatro relações básicas que constituem família: descendência, consanguinidade, afinidade e dependência. Esta definição incorpora vínculos estabelecidos pelo casamento e por relações de cuidado, para além dos laços biológicos.

No contexto jurídico brasileiro, a Constituição de 1988 representou marco fundamental ao validar uniões informais e ampliar o conceito de família para além do casamento, focando na afetividade como elemento constitutivo. Contudo, o ordenamento jurídico historicamente não acompanha a realidade social das famílias. Uniões informais, presentes desde o período colonial, permaneceram não reconhecidas pelo Direito durante boa parte da história brasileira.

Embora o Supremo Tribunal Federal tenha reconhecido a união estável homoafetiva em 2011, posteriormente regulamentada pelo Conselho Nacional de Justiça, permanecem em tramitação projetos legislativos conservadores que representam retrocessos aos direitos conquistados. A aprovação de projetos como o PL 580/2007, que propõe proibir casamentos homoafetivos, e o Estatuto da Família (PL 6583/2013), que define família exclusivamente como união entre homem e mulher, evidenciam tensões persistentes na garantia de direitos para famílias diversas.

As transformações contemporâneas nos modos de acesso à parentalidade aprofundam essa revisão conceitual. Como observam Veuillet Combier e Binkowski (2017), sexualidade, procriação e parentalidade podem hoje ser dissociadas, e essa dissociação altera nossas representações mais arraigadas do que constitui o engendramento de uma família, suscitando interrogações éticas, políticas e psicológicas. Reprodução medicamente assistida, casamento homoafetivo e adoção

internacional compõem o cenário em que as categorias clássicas de família precisam ser repensadas.

Atualmente, 43% das famílias brasileiras já não se enquadram no modelo nuclear tradicional, sendo compostas por arranjos monoparentais, reconstituídos ou socioafetivos. Dados censitários demonstram transformações significativas: a categoria de casais com filhos caiu de 65% em 1980 para 52,5% em 2010, enquanto arranjos monoparentais femininos aumentaram de 11,5% para 15,3% no mesmo período. A chefia feminina cresceu de pouco mais de 10% para quase 40% entre 1970 e 2010, representando transformação estrutural que desafia o modelo patriarcal tradicional.

Diversidade de arranjos e desigualdades persistentes

A diversificação dos arranjos familiares no Brasil pode ser compreendida através do conceito de Segunda Transição Demográfica, caracterizada pela ampliação de configurações familiares, mudanças nos padrões de sexualidade, novo papel dos filhos e redução de desigualdades de gênero. Entre os arranjos que rompem com o modelo tradicional destacam-se famílias homoafetivas, monoparentais, reconstituídas, adotivas e famílias escolhidas.

Contudo, transformações formais não eliminam automaticamente desigualdades estruturais. Embora 67% das mulheres em famílias nucleares trabalhem fora do lar, muitas como principais provedoras, elas continuam responsáveis por 80% das tarefas domésticas. Esta sobrecarga evidencia a manutenção de papéis tradicionais de gênero mesmo diante da inserção feminina no mercado de trabalho. A conquista de maior escolarização feminina (mulheres passaram de 25% para 58% dos universitários entre 1970 e 2010) não se traduziu automaticamente em autonomia ou mudanças efetivas nas relações de poder familiar.

Famílias monoparentais femininas, que representam 26,1% dos domicílios brasileiros, enfrentam vulnerabilidades específicas: dupla jornada de trabalho e ausência de redes de apoio institucional. Desigualdades socioeconômicas aprofundam essas dificuldades, com apenas 12% das famílias reconstituídas em

áreas urbanas tendo acesso a serviços jurídicos para regularizar guardas ou pensões, contrastando com 58% nas regiões mais ricas.

Famílias escolhidas, especialmente entre jovens LGBTQIAPN+ (15% constroem essas redes como alternativa à rejeição familiar), evidenciam como vínculos afetivos podem se formar fora dos laços sanguíneos. A discriminação e o preconceito contra arranjos não tradicionais geram insegurança, afetam a autoestima e comprometem o bem-estar de crianças e adultos.

Memória, mito e transmissão geracional

A família não se sustenta apenas por sua configuração formal ou seu reconhecimento jurídico. Ela se constitui também como trama de memórias, mitos e transmissões que atravessam gerações e fornecem o tecido simbólico do pertencimento. Guimarães (2025), em estudo autoetnográfico sobre festas de Natal em uma família brasileira, demonstra que a memória individual carrega camadas coletivas. A ação aparentemente simples de uma avó montar mini árvores de Natal com algodão enrolado, prática que percorre quatro gerações, revela como gestos cotidianos sedimentam histórias familiares. Na linha de Halbwachs, a memória não é puramente individual: as tradições, ainda que comuns a muitas famílias, são preenchidas por conteúdos afetivos singulares. “A memória sem contato e transmissão é perdida”, e a transmissão de uma tradição esvaziada do conteúdo afetivo que a sustentava produz formas sem substância.

A psicanálise aborda a transmissão por outro vértice. Ferrari e Piccinini (2010), apoiados em Aulagnier e Rodolfo, mostram que o bebê toma emprestado da mãe os enunciados identificantes que o constituirão como sujeito. O eu do bebê e o objeto serão construções precedidas pelas fantasias e desejos dos outros primordiais, que por sua vez estão determinados por seus antecessores. Em sentido estritamente psicanalítico, o mito familiar refere-se ao lugar do bebê revelado no discurso dirigido ao personagem que ele encarna na fantasia fundamental dos pais. Quando o filho real não cabe no bebê imaginado, podem emergir conflitos que reativam significantes da história materna. O caso clínico discutido pelos autores, em que o “problema de nervos” da mãe retorna na relação com a filha, ilustra como o

mito familiar pode recolocar-se em andamento através das gerações, ao preço de uma repetição que aprisiona.

Essa transmissão opera em dois registros distintos. Por um lado, há uma herança consciente, feita de histórias, valores, crenças e lutos que foram processados e que amparam a construção identitária dos descendentes. Por outro, há uma herança transgeracional, composta de segredos, vergonhas e dores impensáveis que atravessam gerações como fantasma, exigindo do descendente a resolução de uma dívida que não é sua. Conceitos como lealdades invisíveis (Boszormenyi-Nagy) e parentificação dão conta dessas dinâmicas. A lealdade invisível opera como contabilidade afetiva em que o preço do afeto pode ser a repetição. A parentificação ocorre quando a criança assume o papel de pacificador, confidente ou cuidador emocional dos pais, perdendo a infância para aliviar tensões conjugais ou suprir lutos não resolvidos. Categorias como síndrome de aniversário, embora populares no campo psicogenealógico, devem ser tomadas com cautela epistemológica diante de sua frágil sustentação empírica.

A adoção evidencia com particular clareza essas dinâmicas. Veuillet Combier e Binkowski (2017) propõem a categoria de criança salvadora-salva: a criança adotada é salva da família abandonica e ao mesmo tempo salva os pais da esterilidade e do impasse narcísico, em uma operação de benefícios recíprocos. O laço pode, contudo, cristalizar-se em lógica contábil, em que o filho é tomado como retorno de investimento. O caso clínico de Téó, criança chinesa adotada por casal francês, em que a dificuldade com a matemática condensa a economia psíquica do laço, mostra como a aritmética se torna cifra da dívida simbólica. A criança adotada precisa encontrar lugar em uma mitologia familiar que tolere sua diferença e sua pré-história, escapando à lógica de contabilidade. Trata-se, como concluem os autores, de uma adoção recíproca, em que ambos transplantam conjuntamente uma genealogia.

O mito familiar opera, portanto, em dupla face. Pode ter função organizadora, oferecendo o alicerce de memória e laço que sustenta a continuidade psíquica entre as gerações. Pode também, quando se cristaliza em certeza, produzir efeitos patogênicos, aprisionando o sujeito em posições rígidas. O paradoxo é que a mesma regra que salvou a geração anterior pode aprisionar a atual.

Perspectivas sistêmicas e psicanalíticas para a clínica da família

A clínica da família constitui-se historicamente pela convergência de duas grandes tradições, a sistêmica e a psicanalítica. Gomes (2012) reconstrói essa genealogia mostrando que ambas operam um deslocamento comum: do indivíduo doente para o sistema relacional. A psicanálise abre essa perspectiva já com o caso do pequeno Hans (1909), em que Freud reconhece a dinâmica familiar como contexto da fobia infantil. Pichon-Rivière introduz a noção de bode expiatório, indicando que o paciente atua como depositário de uma patologia que pertence a todo o grupo familiar.

A vertente sistêmica constitui-se propriamente nos anos 1950 com o Grupo de Palo Alto (Bateson, Jackson, Haley, Weakland) e a teoria do duplo-vínculo, que desloca a etiologia da esquizofrenia do cérebro para a comunicação familiar. A herança da cibernética de Wiener (1948) e da Teoria Geral dos Sistemas fornece o vocabulário técnico do campo: globalidade, não-somatividade, homeostase, morfogênese, circularidade, retroalimentação, equifinalidade. Diferentes escolas desenvolveram esse aporte: Palo Alto trouxe conceitos cibernéticos, a Escola Estrutural de Minuchin enfatizou a análise de fronteiras e regras, a Escola Estratégica desenvolveu intervenções focadas, e a Escola de Milão inovou com o questionamento circular e a neutralidade terapêutica.

Importantes desenvolvimentos incluíram a incorporação de conceitos psicanalíticos, a atenção à transmissão geracional de padrões relacionais e as críticas feministas que introduziram questões de poder e gênero na análise sistêmica. A perspectiva feminista evidenciou que conceitos como complementaridade poderiam mascarar desigualdades estruturais entre homens e mulheres.

A vertente psicanalítica da terapia familiar desenvolveu, paralelamente, conceitos próprios. Ruffiot (1981) formulou a hipótese de um aparelho psíquico familiar, articulando o psiquismo primário do recém-nascido ao psiquismo grupal da família. Eiguer trabalhou os organizadores grupais. Pincus e Dare investigaram a dinâmica dos segredos familiares. Boszormenyi-Nagy e Spark, em "Lealdades

invisíveis", mostraram como obrigações de pertencimento podem operar tanto de modo consciente quanto inconsciente, vinculando os membros do grupo familiar.

A teoria de Murray Bowen representa contribuição particular ao campo, propondo compreensão do desenvolvimento humano que integra contexto familiar multigeracional, social, cultural, histórico e a evolução da espécie. Conceitos como diferenciação do self, triangulação, transmissão multigeracional e corte emocional auxiliam na compreensão de como padrões relacionais se perpetuam através das gerações. A diferenciação do self refere-se à habilidade de autorregular emoções, aumentando a individuação sem perder o pertencimento ao sistema familiar.

A noção de mito familiar constitui ponto de convergência entre as duas tradições. Para Miermont, o mito é um organizador que cumpre função homeostática, tanto mais solicitada pelo grupo quanto maior for o sofrimento ou a ameaça de transformação que ele enfrenta. A operação clínica, em ambas as perspectivas, exige distinguir entre mitos que sustentam a elaboração simbólica e mitos cristalizados que aprisionam o sujeito.

Lemaire (1987) defende que as perspectivas sistêmica e psicanalítica são métodos distintos mas não excludentes. A sistêmica responde ao "como" da interação atual, das regras e da estrutura; a psicanalítica responde ao "por que" da origem, do desejo e da fantasia. A clínica integrada transita entre as lentes conforme a demanda exige, levantando hipóteses sobre a história e os elementos transgeracionais que originaram a dor do paciente identificado, mas utilizando a dinâmica relacional do aqui e agora para reestruturar o sistema e devolver competência à família. Abordagens mais recentes, influenciadas pelo construtivismo e construcionismo social, valorizam a linguagem, os significados e as narrativas familiares, abrindo caminho para intervenções focadas na reconstrução de histórias familiares.

Desafios para práticas profissionais comprometidas

O contexto brasileiro apresenta desafios específicos para o trabalho com famílias. Em 2003, 32% dos municípios brasileiros viviam em pobreza absoluta e em 77% dos municípios do Nordeste mais da metade da população estava em situação

de pobreza. Esta realidade demanda adaptações metodológicas para atendimento a populações de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social.

Metodologias como a Terapia Comunitária, desenvolvida há mais de 20 anos pela Universidade Federal do Ceará, e os Grupos Multifamiliares representam respostas às necessidades de populações em situação de exclusão social. Estas propostas valorizam recursos comunitários, redes sociais naturais e metodologias grupais, reconhecendo que o suporte natural em torno das famílias é mais potente que a responsabilidade profissional isolada.

Para a psicologia, especificamente, coloca-se desafio ético e político de não perpetuar discursos hegemônicos sobre família ideal. Há nos discursos psicopedagógicos determinado ideal de família que frequentemente não corresponde às famílias reais. A associação automática entre dificuldades de aprendizagem ou comportamentais e família desestruturada representa equívoco que pode gerar intervenções inadequadas e reforçar estigmas.

A perspectiva lacaniana contribui ao deslocar o foco da configuração familiar concreta para as funções simbólicas necessárias à subjetivação, independentemente do modelo de família. O que importa não é a estrutura formal, mas as operações que franqueiam o advir do sujeito. Em consonância com essa leitura, Ferrari e Piccinini (2010) mostram que o ponto decisivo não é o arranjo, mas a capacidade da função materna de oferecer enunciados identificantes que situem a criança como sujeito desejante. Essa compreensão permite atuar de forma mais inclusiva, sem tomar determinado arranjo familiar como superior ou mais adequado.

Há ainda um cuidado ético a observar quanto à narrativa de cura individual presente em parte da literatura sobre transmissão transgeracional. A formulação de que o sujeito se liberta das correntes ancestrais por ato pessoal de nomeação corre o risco de obscurecer a dimensão social e material das opressões herdadas. Curar o trauma transgeracional pode ser bem mais difícil quando as condições materiais que o produziram permanecem ativas no presente, atravessadas por raça, classe, gênero e colonialidade.

A formação em terapia familiar no Brasil deve orientar-se para o atendimento comunitário, criando modos de intervir que reflitam recursos locais e competências de diversos profissionais. A clínica da família enfrenta o desafio de atuar

considerando a família em vinculação com sistemas mais amplos, especialmente em contextos de vulnerabilidade social.

CONSIDERAÇÕES

A família não é entidade fixa e imutável, mas instituição dinâmica que se adapta às necessidades e valores de cada época. As transformações contemporâneas no Brasil evidenciam processo de despatriarcalização em curso, embora marcas patriarcais persistam em práticas e discursos sociais. A construção de sociedade pós-patriarcal permanece como desafio e meta.

O conhecimento ampliado sobre as famílias, abarcando sua pluralidade configuracional, simbólica e geracional, é fundamental para problematizar ideais hegemônicos que marcam o imaginário social. As intervenções profissionais nos campos clínico, educacional e social precisam contemplar a diversidade de arranjos familiares, reconhecendo que diferentes configurações possuem igual capacidade de constituir laços afetivos profundos, sustentar memórias e mitos organizadores, e promover desenvolvimento saudável.

A psicologia brasileira deve orientar-se por projeto ético-político comprometido com a realidade nacional, em defesa da democracia, da equidade e da garantia de direitos. Isso implica combater alienação e pensamento colonizado, questionando modelos universalizantes importados e desenvolvendo práticas adequadas ao contexto brasileiro, marcado por desigualdades profundas e diversidade cultural.

Discutir relações entre família, sociedade e psicologia significa questionar em que medida práticas profissionais podem promulgar ou interromper a perpetuação de discursos excludentes. A atuação comprometida exige postura crítica, atenta às desigualdades de gênero, classe e orientação sexual que atravessam as configurações familiares, e disposta a contribuir para práticas inclusivas que respeitem a dignidade de todos os arranjos familiares, suas memórias e suas formas singulares de transmitir o que merece ser transmitido.

REFERÊNCIAS

- FERRARI, A. G.; PICCININI, C. A. *Função materna e mito familiar: evidências do legado transgeracional*. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 26, n. 3, p. 415-422, 2010.
- FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.
- GOMES, I. C. Família: diagnóstico e abordagens terapêuticas. In: GOMES, I. C. (org.). *Família: diagnóstico e abordagens terapêuticas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
- GUIMARÃES, [Autor]. *Festas de Natal em uma família brasileira: memória, transmissão e tradição*. [S.l.: s.n.], 2025.
- LEMAIRE, J. G. *La terapia de pareja*. Buenos Aires: Amorrortu, 1987.
- RUFFIOT, A. *La thérapie familiale psychanalytique*. Paris: Dunod, 1981.
- VEUILLET COMBIER, C.; BINKOWSKI, G. I. Adoção internacional: a criança salvadora-salva. *Estilos da Clínica*, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 533-552, 2017.
- WIENER, N. *Cybernetics: or control and communication in the animal and the machine*. Cambridge, MA: MIT Press, 1948.